

# Dia-a-dia

AS14663

**Dia de fúria.** Servidor da Prefeitura de Aracruz, indignado com salário, invadiu com um trator a Secretaria de Meio Ambiente do município e acabou preso. Pág. 08

**Extra-oficial.** Estimativa se refere a investimentos e lucro previsto pelos próximos 15 anos

## Indenização à Rodosol pode superar R\$ 200 milhões

FÁBIO VICENTINI

**Valor é quase quatro vezes maior do que o montante necessário para investimentos em obras na 3ª Ponte**

**CLÁUDIA FELIZ**  
cfeliz@redgazeta.com.br

■ A indenização a ser paga pelo governo do Espírito Santo à concessionária Rodosol, pela encampação (retomada) da concessão do Sistema Rodovia do Sol, formado pela Terceira Ponte e por um trecho de 67,5 quilômetros da rodovia que liga Vitória a Guarapari, deve custar no mínimo R\$ 200 milhões, segundo fontes extra-oficiais.

Tanto o governo, que só deve assinar na próxima semana um contrato com a Fundação Getúlio Vargas - que receberá R\$ 550 mil para realizar o estudo completo sobre a encampação - quanto a Rodosol não falam sobre o assunto.

O presidente do Conselho de Administração da Rodosol, Vilmar Barroso, a exemplo do que já havia informado a assessoria de imprensa da empresa, diz que a concessionária só se manifestará sobre o assunto após a conclusão dos estudos da FGV, que incluirão, inclusive, cálculos sobre a indenização.

"Vamos agir como foi combinado com o governo, quando decidiu-se pela contratação de uma auditoria indepen-

dente. Só falaremos depois dos estudos", diz Barroso.

Há estimativa de que por investimentos já realizados e ainda não-amortizados, e pelo lucro previsto pelos próximos 15 anos - o contrato de concessão, assinado em 1998, é de 25 anos - a Rodosol teria a receber do governo uma indenização de no mínimo R\$ 200 milhões.

Esse valor é quase quatro vezes maior do que o montante necessário para investimentos em obras que resultariam no fim dos engarrafamentos hoje existentes nos acessos à Terceira Ponte.

A decisão de encampar a concessão tem, entre as suas razões, justamente a insatisfação do governo com o fato de a concessionária alegar não dispor de condições financeiras para realizar as obras nos acessos à ponte, em Vitória e Vila Velha, orçadas em R\$ 52 milhões.

A encampação foi anunciada pelo auditor-geral do Estado, Edilson Barboza, na última quarta-feira, dias após o vice-governador Ricardo Ferraço ter declarado que, embora desejasse, o governo aguardaria o resultado de uma auditoria independente da FGV para retomar ou não a concessão.

Barboza disse que a decisão é política, e explicou que ela se dá em decorrência da insatisfação do governo e da população em relação aos serviços prestados pela Rodosol.



**IMPASSE.** A decisão de retomar a concessão se deu em razão da insatisfação do governo com a alegação da empresa de que não dispõe de condições para realizar obras nos acessos à ponte

### Rescisão pode ser por justa causa

■ Para o procurador Alexandre Guimarães, se for comprovado que a concessionária Rodosol, ao não executar os projetos que visam a desafogar o trânsito nos acessos à Terceira Ponte, descumpra o contrato de concessão, o Estado fica desobrigado de pagar qualquer indenização pela encampação da concessão. "Nesse caso, a rescisão se dá por justa causa, com possível cobrança de indenização, mas pelo Estado", diz ele. Mas Guimarães lembra a necessidade de se levantar todos os dados do processo. Fontes garantem que não há obrigação contratual prevista para as obras de acesso.

### Fluxo

**60** MIL VEÍCULOS POR DIA

É o número de carros que passam pela Terceira Ponte, que liga Vitória a Vila Velha, diariamente. Donos de carros de passeio pagam R\$ 1,60 pelo pedágio no local. Já na Rodovia do Sol, o preço cobrado é de R\$ 6,10.



# O que a Rodosol não fez

Investimentos na Terceira Ponte e imediações

## ■ ACESSOS

Obras para melhorar os acessos à Terceira Ponte, que hoje registram engarrafamentos principalmente nos horários de pico. São elas: Construção de uma praça de pedágio em Vila Velha; substituição da mediana central por uma mureta móvel, para que ela possa ser deslocada conforme o fluxo de veículos; criação de uma quinta faixa junto à mureta móvel; construção de duas alças de saída da Terceira Ponte. A concessionária alega não dispor de condições para arcar com esses investimentos, orçados em R\$ 52 milhões

## ■ EQUIPAMENTOS

Instalação de decodificadores (equipamentos com capacidade de efetuar a leitura do código Renavam dos veículos e enviarem os dados eletronicamente ao posto fiscal)



## ■ CANAL BIGOSSO

Interligação da Terceira Ponte com a Rodovia Carlos Lindenberg, com urbanização do Canal Bigossi. Prevista, inicialmente, para 2002, a obra foi adiada para 2006, mas acabou sendo assumida pelo governo do Estado, que a vem executando a um custo de R\$ 10 milhões

## Obras e ações realizadas pela concessionária

### ■ PONTE E RODOVIA DO SOL

Construção do Contorno de Guarapari, fornecimento de radares portáteis para fiscalização da rodovia, recuperação perene da Terceira Ponte, com inspeção no vão central, já realizada, e saias de proteção dos blocos, em substituição

### ■ SETIBA

Interseção, em Setiba, da Rodovia do Sol com o Contorno de Guarapari

### ■ FISCALIZAÇÃO

Aparelhamento da Polícia Rodoviária (veículos, motocicletas, equipamentos de radiocomunicação e abastecimento de combustíveis)

### ■ MEAÍPE

Cruzamento do Contorno com a Rodovia do Sol, em Meaípe

### ■ CANTEIRO

Canteiro central do Contorno entre Setiba e Rodovia Jones dos Santos Neves



### ■ PASSARELAS

Passarelas para pedestres. Das oito previstas no edital de concessão, só seis passarelas

foram construídas. A sétima, no Distrito de Condados, foi trocada por equipamentos públicos, como praça, parque, creche, a pedido da comunidade. A oitava passarela está em processo de construção na Barra do Jucu - a Rodosol está aguardando a entrega da estrutura



### ■ MONITORAMENTO

Comunicação on-line com o DER. Foi substituído, desde 2005, por um sistema de monitoramento de fluxo realizado pela empresa Modulo Security Solutions, em parceria com a Auditoria Geral do Estado

## Obras previstas no contrato ainda não-realizadas

### ■ DUPLICAÇÃO

Duplicação do trecho de Meaípe/Guarapari (Prazo para conclusão: 2010/2011)

### ■ VIADUTO

Cruzamento de viaduto da Rodovia do Contorno com a Rodovia Jones dos Santos Neves (Prazo para conclusão: 2010/2011)

Fonte: Auditoria Geral do Estado

# 12 pessoas foram apontadas em CPI

## Comissão pediu indiciamento, mas até ontem o Ministério Público não havia concluído a apuração

■ Quase quatro anos já se passaram desde que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Rodosol, instalada pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo, pediu o indiciamento de 12 pessoas, entre as quais, os ex-governadores Victor Buaiz e José Ignácio Ferreira, ex-secretários desses dois governos e demais servidores públicos, por supostas irregularidades no processo de concessão da Rodovia do Sol.

Mas, até ontem, o Ministério Público Estadual ainda não havia concluído o trabalho de apuração dos fatos, segundo informou o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Defesa dos Direitos do Consumidor, Alexandre Guimarães.

## Presidente da ABCR aponta relação tumultuada

### Moacyr Duarte citou resistência do governo para autorizar reajuste no preço de pedágio

■ O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Moacyr Duarte, diz que a relação com o governo capixaba, no que diz respeito à concessão da Rodosol, tem se mostrado tumultuada nos últimos tempos.

"Muitas vezes em que o reajuste anual teve que ser aplica-

"Daremos a resposta à sociedade no momento certo. O caso é de grande repercussão, envolve muita gente, não podemos agir de forma apressada".

Iniciada em março de 2003, a CPI foi concluída em maio de 2004, e seu relatório final, elaborado pelo então deputado César Colnago (PSDB) - hoje secretário estadual da Agricultura - recomendou a criação de uma comissão processante do governo para instauração de inquérito administrativo de inadimplência da concessionária. Na hipótese de não-atendimento, pediu a decretação da caducidade da concessão, com conseqüente rescisão do contrato, apuração e ressarcimento dos prejuízos.

A CPI identificou improbidade administrativa, superdimensionamento de valores de pedágio, irregularidades no processo licitatório e fiscalização no cumprimento de condicionantes ambientais, dentre outros problemas.

do houve resistência do governo, que agora apresenta à concessionária pedidos não previstos em contrato", disse ele, referindo-se às obras de acesso à Terceira Ponte, orçadas em R\$ 52 milhões. De 2003 a 2007, o pedágio ficou congelado.

Duarte lembrou que a Rodosol pagou ao governo, em 1998, R\$ 11,5 milhões pela concessão, e que aplicou na duplicação da Rodovia do Sol mais de R\$ 100 milhões. Ele diz que o governo tem dificuldades de negociar, e alerta: "Uma encampação não é simples".

## Fundação terá 120 dias para realizar o estudo

### O contrato de concessão, assinado em 1998, será minuciosamente analisado

■ O contrato que o governo do Estado promete assinar na próxima semana com a Fundação Getúlio Vargas, a um custo de R\$ 550 mil, prevê que a instituição realize uma auditoria independente da concessão, num prazo de 120 dias.

Assinado em 1998, o contrato de concessão, com prazo de 25 anos, será minuciosamente avaliado pelos técnicos da FGV, segundo explicou o auditor-geral do Estado, Edilson Barboza. Ele afirma que o modelo atual, concebido num cenário político, econômico e financeiro diferente do atual, está exaurido.

Em entrevista a A GAZETA, nesta semana, o próprio vice-governador, Ricardo Ferraço, admitiu que o preço cobrado pelo pedágio, que totaliza R\$ 7,70, entre a Terceira Ponte e a Rodovia do Sol, não é justo, mas disse que, por enquanto, "é preciso conter a ansiedade" sobre os fatos.

A FGV vai indicar soluções também do ponto de vista jurídico para que a encampação seja realizada, além de calcular o valor de indenização a ser pago pelo governo do Estado à concessionária.

Sem a conclusão desses estudos, Barboza diz que não é possível definir se após a encampação será aberto um novo processo de concessão para exploração e manutenção do Sistema Rodovia do Sol, ou se o próprio poder público assumirá o trecho.